

Justiça escatológica em perspectiva solidária

Eschatological justice in a solidary perspective

*Aíla Luzia Pinheiro de Andrade
Walter Luis Carnellosi*

Resumo

Esta apreciação literária argumentativa pretende abordar de forma resumida questões sobre a justiça escatológica em perspectiva solidária, conforme revelado por Jesus, partindo de Mt 25,35-46 e da continuidade desta compreensão cristã, com destaque para a vocação à solidariedade humana que se consuma na integração da existência, em Deus, que preservará nossa consciência individual, mas tornará plena a Sua manifestação como tudo em todos (1Cor 15,28). A dimensão redentora da encarnação, sofrimento, morte e ressurreição de Cristo é também contemplada nesta perspectiva solidária e escatológica. Assim, o juízo final universal é visto como um necessário ajustar-se nessa comunhão total, ocorrendo a plenitude da consciência humana sobre a remissão de todas as dívidas e a purgação de todas as culpas, em Cristo. A hipótese do inferno é considerada apenas como uma possibilidade, em vista da liberdade para uma radical recusa deste ajuste da humanidade em sua configuração a Cristo, à luz da misericórdia que supera todo desejo de vingança. A exortação à solidariedade, que se traduza em ações de misericórdia cotidianas, é, então, destacada, principalmente para os cristãos, como possibilidade de um encontro consigo mesmo, em Cristo, nos seres humanos que passam por necessidades extremas e urgentes.

Palavras-chave: Justiça escatológica. Responsabilidade individual. Solidariedade humana. Comunhão deificante. Mistério inesgotável.

Abstract

This argumentative literary appreciation aims to briefly address questions about the eschatological justice in a solidary perspective, as revealed by Jesus, starting from Mt 25,35-46 and from the continuity of this Christian understanding, highlighting the vocation to human solidarity that is consummated in the integration of the existence, in God, that will preserve our individual conscience, but will make complete His manifestation as everything in all (1Cor 15,28). The redemptive dimension of Christ's incarnation, suffering, death and resurrection is also contemplated in this solidary and eschatological perspective. Thus, the universal final judgment is seen as a necessary adjustment in this total communion, taking place the fullness of human conscience about the remission of all debts and the purge of all guilt, in Christ. The hypothesis of hell is considered only as a possibility, in view of the freedom for a radical refusal of this adjustment of humanity in its configuration to Christ, in the light of mercy that overcomes all desire for revenge. The exhortation to solidarity, which translates into daily actions of mercy, is therefore highlighted, especially for Christians, as a possibility of an encounter with oneself, in Christ, in human beings who go through extreme and urgent needs.

Keywords: Eschatological justice. Individual responsibility. Human solidarity. Deifying communion. Inexhaustible Mystery.

Introdução

A justiça escatológica é um mistério inefável. E, no diálogo ora proposto, não se pretende elencar todos os diferentes posicionamentos sobre tema até a presente data. Além disto, é cediço que se está diante de um tema inexaurível e inesgotável. Neste sentido, a Sagrada Escritura nos revela que o Espírito Santo tem a missão de nos revelar verdades que ainda não conseguimos suportar em vista dos anos de cristianismo que vivemos até a presente data (Jo 16,12-13). Crendo-se na acessível condução do Espírito de Deus em face da diversidade de abordagens teológicas, a perspectiva solidária desta abordagem é o fio condutor para uma análise de Mt 25,31-46, em vista de uma comunhão que nos direciona, inevitavelmente, para muito além de uma responsabilidade simplesmente individual, diante de toda a existência humana.

Ressalta-se que Deus insiste em se revelar não como um juiz que impõe penas proporcionais aos nossos pecados, mas sim como um Deus que sabe que a responsabilidade individual e solidária do ser humano decorre de um princípio inerente à sua existência. Não se trata da aplicação taxativa de castigos proporcionais às iniquidades cometidas. Trata-se das consequências em face de uma responsabilidade pessoal que não anula o vínculo de solidariedade que interliga e relaciona mutuamente todos os seres e que perdura para além desta realidade temporal.

Em Ez 18,1-19, a responsabilidade individual é ressaltada de forma contundente, opondo-se à crença num Deus que castiga os filhos pelos pecados dos pais. Vale citar que o versículo 19 proclama, como verdade libertadora, que um filho não sofre nenhum castigo pelo pecado de seus pais. A referida passagem bíblica possibilita, inclusive, uma interpretação fundamentalista sobre a inexistência de consequências das ações de nossos antepassados sobre a nossa vida. Entretanto, sabe-se que, se Deus não castiga uma pessoa pelo pecado de seus antepassados, é inevitável as consequências que uma ação humana gera em toda a existência. Sendo assim, a responsabilidade individual não anula a solidariedade humana diante de cada ação individual.

Contudo, afirma-se que a misericórdia de Deus visa a mudança de vida de cada ser humano para melhor e não a punição pelos seus pecados, ou seja, Deus não castiga voluntariamente.

Na interpretação proposta neste artigo, o mistério da justiça misericordiosa de Deus ilumina a dimensão da responsabilidade humana, integrando a esfera individual e a solidária, em vista das consequências de seus respectivos atos e omissões.

1. Prolegômenos necessários

Integra este artigo uma seleção reelaborada da monografia de conclusão de graduação em Teologia na Faculdade Católica de Fortaleza, apresentada no ano de 2020, sendo os autores citados o aluno e a professora orientadora do referido trabalho, que teve como tema “Uma visão cristã sobre o vínculo de solidariedade entre os seres: a vocação humana à pericorese”.

Sabe-se que a visão cristã escatológica tem dimensões individuais e gerais, “existindo uma coincidência soteriológica na compreensão de que o ser

humano sempre é ser humano em sentido individual somente em ligação com sua relação social para com toda a humanidade e sua história”.¹

Brustolin, em vista desta questão escatológica, indica que “melhor que identificar dois julgamentos, seria pensar num único juízo com momentos escatológicos diferenciados: o particular e o universal; com critérios, porém, comuns: a participação de toda a criação na glória de Deus”.²

E, para os fins aqui pretendidos, considera-se a unicidade lógica do juízo escatológico, sem distinguir fases escatológicas, nem apresentar definições dessas distinções. Trata-se de uma opção para centrar nossa abordagem na purificação e plenitude da consciência que ocorre na integração de todos os seres individuais em Deus. O foco é na dimensão da justiça escatológica que tende para solidariedade integral e radical entre todos os seres humanos, a ser vivenciada em plenitude, na eternidade, independentemente das fases intermediárias que possam ser vislumbradas pedagogicamente em linguagem catequética.

No diálogo ora suscitado sobre o vínculo de solidariedade para além desta existência temporal ressalta-se a escatologia e o termo *eschaton*, considerando-se o destino progressivo do tempo rumo a um fim, a ser também entendido como plenitude. No que tange a isto, Griffiths bem expressa que:

A religião de Israel se refere à revelação de Deus, não no cosmos, mas na história, o que se enfatiza constantemente nos modernos estudos bíblicos. A Bíblia é o registro das revelações de Deus na história, (...) e essa história está gradativamente chegando a um ápice, a um cumprimento. No Novo testamento, quando o tempo se cumpriu, como diz o Evangelho, Jesus nasceu no tempo histórico e foi crucificado (...). “Dando-nos a conhecer... sua vontade... para levar o tempo à sua plenitude: a de em Cristo encabeçar todas as coisas” (Efésios 1,9-10). Na sua tradução desse verso, Monsenhor Knox faz uma bela colocação ao dizer: “Dar cumprimento à história, através do encaminhamento de todas as coisas a um ápice em Cristo” (...). O entendimento cristão é o de que Deus trabalha na história (...) situa-se historicamente num determinado ponto do tempo, e, ao trazer tudo a um ápice, revela o propósito da história. (...) a história humana possui um significado e um propósito (...) no plano de Deus, que trabalha em direção a uma culminância final. Cada vida possui um significado singular. Esse propósito e significado da

¹ MÜLLER, G., Dogmática Católica, p. 395.

² BRUSTOLIN, L., Quando Cristo vem, p. 140.

história e da vida são revelados na pessoa histórica do Cristo, nos eventos históricos de sua vida, morte e ressurreição.³

2. Perspectiva solidária em face de Mt 25,31-46

A leitura de At 9,4-5 possibilita o conhecimento da revelação que Paulo teve ao encontrar-se com Jesus Cristo ressuscitado: é plena a solidariedade entre o Senhor e os que estavam sendo perseguidos por Paulo, a ponto de Cristo se revelar como a própria pessoa perseguida nos outros. Acredita-se que Paulo não via os fatos pela perspectiva de que estaria perseguindo alguém que acreditava estar morto de uma forma maldita, diante do que estabelece Dt 21,23. É possível que isto tenha marcado para sempre a compreensão de Paulo sobre a redenção solidária do ser humano em Cristo. Ele esclarece a profundidade deste seu entendimento ao escrever aos gálatas que Cristo nos livrou da maldição da lei tornando-se maldição por nós, pois está escrito na lei que todo aquele que passa por uma morte de cruz é maldito (Gl 3,13). O texto de 2Cor 5,21 expressa a revelação que Paulo teve sobre até que ponto chega a solidariedade de Deus com o ser humano. Cristo, assumindo nossos pecados, num grau máximo de solidariedade com todos os seres humanos, passou pela condenação de morte na cruz para remissão das dívidas de todos perante a justiça sobrenatural.

A afirmação de que Cristo assumiu, solidariamente, todos os seres humanos que já existiram, possibilita a aplicação desta perspectiva em Mt 25,40-45. Contudo, há também de se integrar, nesta identificação total e irrestrita em Sua Pessoa, aqueles que se opõem a Ele e à sua proposta libertadora e solidária, respeitando-se o livre-arbítrio individual. Cristo, em sua encarnação, uniu aquilo que estava separado da comunhão com Deus, possibilitando a continuidade da existência individual, numa comunhão integradora e solidária, que se revelará em plenitude na eternidade. Ele atraiu sobre si toda a maldição e pena que pesava sobre todos, na proporção de suas responsabilidades. Ao assumir a condição de “maldito”, segundo a citada lei que estava vigente neste momento histórico (Dt 21,23), e levar tudo isto para a região dos mortos, possibilitou que os homens possam apartar de si tudo o que pertence ao inferno ou morte. Defende-se, portanto, a interpretação de que a parábola do Juízo Final (Mt 25,31-46) pode ser vislumbrada à luz deste vínculo de solidariedade integral dos seres humanos com Cristo e em Cristo. Neste sentido, vale citar Ratzinger:

³ GRIFFITHS, B., Rio de Compaixão, p. 104-106.

Na parábola do Juízo Final transmitida por S. Mateus (Mt 25,31-46), na qual o “Filho do homem”, como juiz, se identifica com os famintos, com os encarcerados, com todos os que sofrem neste mundo; caracteriza a atitude para com eles como sendo a mesma atitude para com Ele mesmo. Não se trata aqui de uma ficção posterior a respeito do juiz do mundo. Ele realizou essa identificação na sua encarnação até a sua última concretização. Ele é de fato aquele que nada possui, que não tem casa, que não tem onde possa reclinar a sua cabeça (Mt 8,19; Lc 9,59). Ele é o preso, o acusado, e morre nu na cruz. A identificação do Filho do homem como juiz com os sofredores de toda espécie pressupõe a identidade do juiz com o Jesus terreno e mostra a unidade interior da cruz e a glória, do ser terreno na baixaza, e os plenos poderes futuros para julgar o mundo.⁴

O juízo universal é, portanto, um mistério que integra a dimensão redentora da graça à justiça divina, uma vez que é realizado por Jesus Cristo, o redentor da humanidade.

A partir da dimensão redentora da encarnação, morte e ressurreição de Jesus, a dimensão redentora do juízo é a plenitude da esperança desta redenção integral da humanidade “uma vez que revela aos olhos de todos que a história real do homem, em sua positividade ou negatividade, era a história do Messias e, então, de Deus”.⁵

Sendo assim, a proposta de interpretação de identificação integral e irrestrita de Cristo com o homem, numa ótica mais abrangente, inclui a identificação daquele com os mais insignificantes e em situação de extrema miséria e sofrimento, bem como, de todos os que existiram, existem e existirão.

É pouco provável que os exemplos citados em Mt 25,31-46 sirvam de fundamento para um juízo final que condenará eternamente o homem com base no tudo ou nada, juízo tal que criou duas categorias: os ovinos, uma categoria de pessoas que foram totalmente caridosas com quem lhes solicitou ajuda; e os caprinos, aqueles não foram totalmente acolhedores. Parece mais sábio entender que ambos estão dentro de cada um, havendo situações de egoísmo que deverão ser purificadas por Aquele, O qual é a medida humana da perfeição: Jesus Cristo. É Cristo que, como bom pastor, pode separar, no interior de cada um, o que é ovino e tem condições de ingressar na vida eterna, daquilo que é caprino e precisa receber um tratamento diferenciado. Em outras palavras, é razoável reconhecer o fato de que em cada indivíduo existe tanto

⁴ RATZINGER, J., *Jesus de Nazaré*, p. 278.

⁵ DUQUOC, C., *Cristologia*, p. 283.

algo que pode ser compartilhado como bem-aventurança, em Deus, como aquilo que precisa ser purificado ou separado e lançado para fora da vida eterna.

A letra E do item 2 do Anexo à Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, de 31.10.1999, ao se referir ao Juízo Final, apresenta-nos uma abordagem que fundamenta esta possibilidade de aplicar ambas as sentenças de Mt 25,31-46 num único humano, concomitantemente com a sua justificação. Sendo assim, cada um verá a separação em si daquilo que é bom e passível de ingressar no Reino de Deus do que deve ser apartado de si e lançado no fogo eterno. Este excerto vai ao encontro desta conotação do juízo final como purificação integral de cada ser humano, valendo transcrever:

E) Pela justificação somos acolhidos incondicionalmente na comunhão com Deus. Isso inclui a promessa da vida eterna: “Se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente o seremos também na semelhança da sua ressurreição” (Rm 6,5; Jo 3,36; Rm 8,17). No Juízo final, as pessoas justificadas serão julgadas também de acordo com suas obras (Mt 16,27; 25,31-46; Rm 2,16; 14,12; 1Cor 3,8; 2Cor 5,10). Vamos ao encontro de um julgamento no qual a sentença graciosa de Deus vai acolher tudo o que em nossa vida e ação corresponde à sua vontade. Mas tudo o que em nossa vida está errado será descoberto e não entrará para a vida eterna.⁶

E mesmo que, a partir de Mt 25,41, “pareça num primeiro momento, do ponto de vista da composição literária, uma dupla possibilidade”, “nos é, no entanto, totalmente vedado”, admitir concretamente “uma forma tal de existência” que permaneça “na rejeição a Deus”.⁷

Na visão cristã, o mistério do sofrimento de toda a humanidade, que foi integralmente assumido por Cristo em sua paixão e morte de cruz, continua atemporal diante da justiça sobrenatural, inclusive, em seu ápice escatológico. Esta verdade libertadora se aplica em face da vitória de sua ressurreição. Esta realidade empática, que interliga e relaciona todos os seres humanos, possibilita uma abordagem solidária, em seu nível máximo, do fogo eterno capaz de purificar o ser humano e toda a humanidade (1Cor 3,11-15).

Ladaria⁸ ressalta que se houve um tempo em que a condenação de um ser humano poderia aparentar “triunfo da justiça de Deus”, hoje, este raciocínio não é mais possível na teologia:

⁶ DH 5081.

⁷ MÜLLER, G., *Dogmática Católica*, p. 397.

⁸ LADARIA, L., *Introdução à Antropologia Teológica*, p. 146.

Com a condenação é a própria “gloria Dei” que é atingida. Se isso não criou nenhum problema em muitos períodos da história, ou, antes, na própria condenação se viu o triunfo da justiça de Deus, hoje não podemos fazer esse raciocínio. Daí a maior importância que adquire a nossos olhos o mistério da condenação eterna e, ao mesmo tempo, o chamado mais vivo à esperança.⁹

O juízo final, aqui também entendido como juízo universal, pode também ser vislumbrado como um evento transformador do ser humano. Para bem fundamentar esta lógica, vale novamente transcrever a sabedoria de Ratzinger:

Por mais que com a morte se decida a verdade definitiva desse homem, algo novo ocorrerá quando toda culpa do mundo tiver sido totalmente purgada e, com isso, seu lugar no todo estiver decidido, depois que se tenham esgotado e conservado todas as consequências das ações humanas.¹⁰

Contudo, Ratzinger¹¹ analisa, com a prudência que lhe é peculiar, a tese sobre a possibilidade de uma “decisão final” do homem após a morte, trazendo a concepção tradicional da verdade definitiva, no Juízo, como aquela que “no todo de sua vida e de seus caminhos converteu-se em direção fundamental de sua existência”, ao encontro da sabedoria de Deus. Sendo que, somente a Deus compete vislumbrar “qual é a direção última, na soma das decisões que constituem toda uma vida; se nesta última, apesar de todos os equívocos, continua a existir um último vestígio de prontidão, ou se a recusa decidida chega até a raiz”:

Isso é algo que compete unicamente a Deus, que conhece melhor que nós as sombras de nossa liberdade. Mas também é Ele que sabe do chamamento e das possibilidades abertas ao homem. E porque conhece a insuficiência do homem que Ele próprio, como verdade, fez-se Redenção, mas sem perder a dignidade da Verdade.¹²

⁹ BALTHASAR, H. U. von, *Teodrammatica* 5, 430; BALTHASAR, H. U. von, *Kleiner Diskurs über die Hölle*, Ostfildern, Schawabenverlag, 1987 *Apud* LADARIA, L., *Introdução à Antropologia Teológica*, p. 145-146.

¹⁰ RATZINGER, J., *Escatologia*, p. 230-231.

¹¹ RATZINGER, J., *Escatologia*, p. 231-232.

¹² RATZINGER, J., *Escatologia*, p. 232.

Esta visão de Ratzinger¹³ também se refere à misericórdia de Deus em todas as instâncias, trazendo uma luz de esperança em relação à “concepção tradicional”. Se o Juízo Final torna definitiva a “direção fundamental” que é fruto das “decisões” desta vida temporal, vislumbra-se também, no Juízo Final, uma derradeira oportunidade de estar com “Aquele que é a vida” e pode vislumbrar, em qualquer ser humano, “um último vestígio de prontidão” para estar com a Vida.¹⁴

É claro que a liberdade das pessoas, hipoteticamente, pode se traduzir em decisões que destruam “totalmente em si próprias o desejo da verdade e a disponibilidade para o amor; pessoas nas quais tudo se tornou mentira; pessoas que viveram para o ódio e espezinharam o amor em si mesmas”.¹⁵ Também não se descarta a possibilidade da existência de “pessoas puríssimas, que se deixaram penetrar inteiramente por Deus e, conseqüentemente, estão totalmente abertas ao próximo – pessoas em quem a comunhão com Deus orienta desde já todo o seu ser e cuja chegada a Deus apenas leva a cumprimento aquilo que já são”.¹⁶ Contudo, é preciso considerar que “nem um nem outro são o caso normal da existência humana”.¹⁷

Na maioria dos homens – como podemos supor – perdura no mais profundo da sua essência uma derradeira abertura interior para a verdade, para o amor, para Deus. Nas opções concretas da vida, porém, aquela é sepultada sob repetidos compromissos com o mal: muita sujeira cobre a pureza, da qual, contudo, permanece a sede e que, apesar de tudo, ressurgue sempre de toda a abjecção e continua presente na alma. O que acontece a tais indivíduos quando comparecem diante do Juiz? São Paulo, na Primeira Carta aos Coríntios, dá-nos uma ideia (...), será salvo, como que através do “fogo” (3,12-15). Seja como for, neste texto torna-se evidente que a salvação dos homens pode acontecer sob distintas formas: algumas coisas edificadas podem queimar completamente; para alcançar a salvação, é preciso atravessar pessoalmente o “fogo” para se tornar definitivamente capaz de Deus e poder sentar-se à mesa do banquete nupcial eterno”.¹⁸

¹³ RATZINGER, J., Escatologia, p. 230-232.

¹⁴ Parafrazeando RATZINGER, J., Escatologia, p. 232.

¹⁵ SS 45.

¹⁶ SS 45.

¹⁷ SS 46.

¹⁸ SS 46.

No que tange a este fogo, destaca-se a interpretação de que “o fogo que simultaneamente queima e salva é o próprio Cristo, o Juiz e Salvador. O encontro com Ele é o ato decisivo do Juízo. Ante o seu olhar, funde-se toda a falsidade. É o encontro com Ele que, queimando-nos, nos transforma e liberta”.¹⁹

Na dor deste encontro, em que o impuro e o nocivo do nosso ser se tornam evidentes, está a salvação. O seu olhar, o toque do seu coração cura-nos através de uma transformação certamente dolorosa “como pelo fogo”. Contudo, é uma dor feliz, em que o poder santo do seu amor nos penetra como chama, consentindo-nos no final sermos totalmente nós mesmos e, por isso mesmo totalmente de Deus. Deste modo, torna-se evidente também a compenetração entre justiça e graça: o nosso modo de viver não é irrelevante, mas a nossa sujeira não nos mancha para sempre, se ao menos continuarmos inclinados para Cristo, para a verdade e para o amor. No fim de contas, esta sujeira já foi queimada na Paixão de Cristo. No momento do Juízo, experimentamos e acolhemos este prevalecer do seu amor sobre todo o mal no mundo e em nós.(...) O Juízo de Deus é esperança quer porque é justiça, quer porque é graça.(...) Apesar de tudo, a graça permite-nos a todos nós esperar e caminhar cheios de confiança ao encontro do Juiz que conhecemos como nosso “advogado”, *parakletos* (1Jo 2,1).²⁰

Em outras palavras: “A morte revela como alguém viveu, em que acreditava e qual era sua opção fundamental”.²¹

Desta forma: “Embora não se possa afirmar concretamente a condenação de ninguém, não podemos dizer com certeza que a possibilidade da condenação não se realize em nenhum caso”.²²

Diante da posição do Magistério da Igreja sobre a possibilidade da condenação eterna do ser humano, Ladaria²³ esclarece que não se trata de uma condenação de Deus, mas de um respeito à liberdade humana.

Também Ratzinger,²⁴ ao tratar do mistério da condenação eterna, reconhece que a questão se insere no plano do absoluto respeito que Deus tem pela liberdade do ser humano, “que até aos condenados deixa o direito de querer

¹⁹ SS 47.

²⁰ SS 47.

²¹ ANDRADE, A., *Eis que faço novas todas as coisas*, p. 120.

²² LADARIA, L., *Introdução à Antropologia Teológica*, p. 145.

²³ LADARIA, L., *Introdução à Antropologia Teológica*, p. 145.

²⁴ RATZINGER, J., *Escatologia: morte e vida eterna*, p. 237-240.

sua danação”.²⁵ Se o dogma sobre a existência do inferno eterno “conserva seu conteúdo real, a ideia da misericórdia, que o acompanhou numa ou noutra forma ao longo de toda a história, não se transforma em teoria, mas em oração da fé que sofre e espera”.²⁶

Diante da doutrina da Igreja sobre o inferno, parafraseando Müller, só resta ao cristão “olhar para o abismo da liberdade dada, para imaginar a felicidade de sua realização no amor de Deus ou para assustarmo-nos com sua perda”.²⁷ E o “inferno” deve ser entendido como “rejeição ao ser assumido em Cristo”²⁸, como “misericórdia não acolhida na liberdade pervertida”.²⁹

Somente a Deus é perceptível a ligação entre a vontade interna e os atos materiais da vida. Mesmo um comportamento radicalmente mau da matéria não precisa ser necessariamente uma expressão de uma maldade radical da vontade. Por isso, nas cinzas de todas as pessoas, se pode esperar uma faísca de amor, da qual Deus pode fazer ressurgir fogo.³⁰

Isto posto, vale notar que a expressão “assim como o pastor separa” (Mt 25,32), utilizada com frequência no lugar e na época que esta parábola foi revelada, pode indicar uma separação que o pastor faz para cuidar de todo o rebanho, composto tanto por ovinos como por caprinos.

O Juiz divino, diante dos seres humanos, não deixa de ser o bom pastor que se preocupa com a saúde de todo o seu rebanho e que identifica com facilidade sua criação de ovinos, quando é necessário separá-los dos caprinos, seja interpretando isto literalmente (separação de pessoas) ou como separação que ocorre no interior de cada respectiva pessoa.

3. Uma abordagem inserida no corpo místico de Cristo

Ao refletir sobre o tema do Juízo universal, tendo como parâmetro a concepção cristã do “Corpo Místico” de Cristo, que integra todos os seres humanos e radicaliza a solidariedade entre eles, considera-se tratar da “Cabeça do corpo”, realizando isto de uma forma harmônica e saudável e o menos prejudicial possível para o próprio corpo. Um sofrimento pelo sofrimento, a qualquer parte do “corpo”,

²⁵ RATZINGER, J., Escatologia: morte e vida eterna, p. 239.

²⁶ RATZINGER, J., Escatologia: morte e vida eterna, p. 240.

²⁷ MÜLLER, G., Dogmática Católica, p. 397.

²⁸ MÜLLER, G., Dogmática Católica, p. 396.

²⁹ MÜLLER, G., Dogmática Católica, p. 397.

³⁰ MÜLLER, G., Dogmática Católica, p. 397.

na pior das hipóteses, assemelha-se a um certo masoquismo, cogitado apenas para fins de argumentação, apesar de tratar-se de uma hipótese que está fora de cogitação. A Cabeça, no Juízo Final, não julga como quem está de fora da realidade, sendo impossível, portanto, admitir qualquer prazer em uma suposta vingança da cabeça contra o restante do corpo. Excluída a hipótese de masoquismo, também não se pode admitir a hipótese de sadismo, na referida ótica da “Cabeça” que julga o próprio “Corpo”. Somente em vista da saúde desde corpo é que se admite a intervenção da cabeça, para fins de ajustar seus membros ao devido funcionamento do corpo, afastando-se qualquer hipótese de vingança, neste enfoque interligado do julgamento por Cristo, com Cristo e em Cristo.

Nenhum indivíduo nasceu para ser condenado ou amputado do corpo ou da existência. Qualquer um que, eventualmente, seja mutilado de sua existência no corpo de Cristo gerará um sofrimento para todo o corpo. Ninguém se alegra com perda de uma parte de si, ainda que esta, se torne inutilizada ou deva ser retirada por questão de sobrevivência. Esta metáfora é adequada para ilustrar o sofrimento que qualquer condenação, no juízo final, ocasionará a todos, a exemplo de alguém que necessita de quimioterapia para eliminação do câncer que afeta seu corpo.

Nesta dimensão comunitária do juízo final, o que purifica a existência é a união dos seres humanos e não a separação. Talvez esta seja uma das charadas da parábola da separação entre ovinos e caprinos: não se trata da separação de seres humanos que serão salvos daqueles que serão condenados, mas da integração solidária de todos, em face de todas as realidades humanas que precisam ser separadas e reveladas como positivas ou negativas para todo o “Corpo Místico de Cristo”, para fins de uma purificação que precisa ocorrer, principalmente, no interior de cada ser humano.

Zilles ressalta a necessidade de se completar a reunião da totalidade desta existência para que a recapitulação escatológica seja integral:

O certo é que Deus conduzirá a sua obra ao acabamento pleno, unindo sob uma cabeça todas as coisas em Cristo, tanto as que estão no céu como as que estão na terra (Ef 1,10). (...) Por vezes, encontramos posições individualistas na escatologia, por parte de quem, de resto, defende posições socialistas. Assim, dentro da visão cristã tradicional, o lugar definitivo e último do indivíduo somente acontece quando todo o corpo estiver construído, ou seja, no fim da História, no juízo final. Nessa perspectiva, juízo final, fim do mundo e ressurreição da carne podem designar o acabamento do processo cósmico no qual se realiza a unidade completa e absoluta entre matéria e espírito. Este é, então, o nascimento

do verdadeiro mundo novo, o acabamento cósmico em Cristo. Ele é a meta última e definitiva para a qual já agora caminha todo o Universo.³¹

Assim, a plenitude de Cristo, noticiada em Mt 25,31, se manifestará como acontecimento escatológico de purificação integral da humanidade em face do mal, que encerra o processo de subordinação integral de tudo a Cristo, para que Deus seja tudo em todos, conforme previsto expressamente em 1Cor 15,28. E a comunhão sobrenatural no corpo de Cristo não é somente uma possibilidade de retorno à comunhão original e anterior ao pecado, sendo muito superior a esta realidade. Comunhão que, num contexto escatológico, torna imperfeitos todos os parâmetros de exemplificação que se possa utilizar em linguagem da realidade temporal.

Nesta perspectiva, Mt 25,31-46 poder ser uma ilustração, em linguagem humana e contextualizada numa determinada realidade, de um aspecto do que ocorrerá quando se sentir, por exemplo, a sede da pessoa a quem não se deu água, como se fosse a própria sede. E isto leva a um nível escatológico tão intenso de relação que, além de ocasionar um arrependimento eterno pelo bem que não se fez ou pelo mal que se fez, possibilita reflexão no que se sentirá “na própria pele”, como se fosse a vítima de si mesmo, a ponto de se estar na posição do agressor de si.

Em outras palavras, todo sofrimento do outro pode ser sentido/compartilhado por todos os seres humanos. Assim, em Mt 25,31-46, se estaria diante da revelação de, em Cristo, todos passarem fome solidariamente e compartilhem do mesmo sentimento que cada ser humano sentiu, sente e sentirá. E isto pode ser uma forma de purificação de todo egoísmo condenado ao fogo eterno.

É certo que, no crucificado, o Filho de Deus, assume a máxima condição de sofrimento, em solidariedade para com o próximo. Nele e com Ele, todos morrem naquela cruz para deixarem no fogo eterno da mansão dos mortos o egoísmo que causa o sofrimento. Nesta perspectiva, em Cristo, por Cristo e com Cristo, torna-se expressa e redentora a conjugação solidária, sem perda da individualidade.

Na reflexão proposta por Griffiths, esse mistério da plenitude do múltiplo no uno, que ocorre em face dos homens no “Corpo de Cristo” em sua plenitude, ocasiona uma redescoberta das pessoas, que não são mais vistas como separadas e “são redescobertas como distintas, ainda que sejam uma. (...) Todo ser e cada ser, em sua natureza distinta, existe eternamente em Deus. Cada um de nós é um indivíduo singular, eternamente conhecido e eternamente realizado em Deus”.³²

³¹ ZILLES, U., *Antropologia teológica*, p. 229.

³² GRIFFITHS, B., *Rio de Compaixão*, p. 233.

Todas as distinções estão contidas na unidade absoluta da natureza divina, na qual não há diferenças, não há oposições, não há conflitos de nenhuma espécie (...), em Deus a multiplicidade está contida no Um, e o Um se manifesta nos múltiplos (...), há uma intuição mística, na qual se experimenta toda a multiplicidade do ser em sua unidade. Esse é o conhecimento intuitivo supremo.³³

Müller³⁴ deixa bem esclarecido que, na visão da escatologia cristã, “o ser humano realizado na comunidade divina não tem eliminados sua história e seu ser-no-mundo. Ele a tem englobada em sua presença imediata junto a Deus, que será seu Deus para todo o futuro”.

Diante da complexidade da justiça escatológica, que não se sabe exatamente como será e que, certamente, não se esgota no que foi aqui ilustrado, ressalta-se que Mt 25,31-46 é uma parábola que precisa ser interpretada levando-se em consideração a inserção de todos os seres humanos no corpo místico de Cristo.

4. A configuração a Cristo como meta escatológica

O chamado a configurar-se a Cristo leva o ser humano a também encontrar em Mt 25,31-46 uma motivação para unir o sofrimento deste ao Daqule, de uma forma redentora e mística:

Sofrer com o outro, pelos outros; sofrer por amor da verdade e da justiça; sofrer por causa do amor e para se tornar uma pessoa que ama verdadeiramente: estes são elementos fundamentais de humanidade, o seu abandono destruiria o mesmo homem. Entretanto levanta-se uma vez mais a questão: somos capazes disto? O outro é suficientemente importante, para que por ele eu me torne uma pessoa que sofre?³⁵

Neste sentido, a citada carta encíclica *Spe Salvi*,³⁶ refere-se ao paradoxo da salvação individual que é necessariamente comunitária e destaca-se a pesquisa realizada por Henri de Lubac na teologia dos Padres a este respeito.

Esta leitura mais solidária da justiça escatológica permite ao cristão identificar-se com Cristo, em todos os seus sofrimentos, para além das

³³ GRIFFITHS, B., Rio de Compaixão, p. 233-234.

³⁴ MÜLLER, G., Dogmática Católica, p. 394.

³⁵ SS 39.

³⁶ SS 13-15.

reclamações sobre estes sofrimentos. Possibilita também tanto ir ao encontro de Cristo em todos os sofrendores como afastar-se da tentação de condenar alguém que não realiza uma das obras de misericórdia ilustradas na Sagrada Escritura. Evidencia-se assim uma tentativa de evangelizar tal pessoa e permitir que a justiça de Deus aja nela, tendo em vista de um desejo de uma salvação integral de todos os seres humanos.

O facto (sic) de estarmos em comunhão com Jesus Cristo envolve-nos no seu ser “para todos”, fazendo disso o nosso modo de ser. Ele compromete-nos a ser para os outros, mas só na comunhão com Ele é que se torna possível sermos verdadeiramente para os outros, para a comunidade. Neste contexto, queria citar o grande doutor grego da Igreja, S. Máximo o Confessor († 662), o qual começa por exortar a não antepor nada ao conhecimento e ao amor de Deus, mas depois passa imediatamente a aplicações muito práticas: “Quem ama Deus não pode reservar o dinheiro para si próprio. Distribui-o de modo “divino” (...) do mesmo modo segundo a medida da justiça” (Capítulos sobre a caridade, Centúria 1, cap. 1: PG 90, 965). Do amor para com Deus consegue a participação na justiça e na bondade de Deus para com os outros; amar a Deus requer a liberdade interior diante de cada bem possuído e de todas as coisas materiais: o amor de Deus revela-se na responsabilidade pelo outro (Capítulos sobre a caridade, Centúria 1, cap. 1: PG 90, 962-966).³⁷

O desafio de uma conversão que leve à prática da caridade com o mesmo empenho em que se deseje a salvação daqueles que continuam insensíveis a tal prática caritativa é algo que somente a graça de Deus pode realizar no cristão. Maior ainda é o desafio de transformar o desejo de vingança contra seres humanos cruéis em desejo que estes seres humanos sejam salvos. E isto não significa acovardar-se diante da injustiça. Ao contrário:

É missão do cristão é lembrar constantemente às autoridades a tarefa principal que lhes foi confiada: fazer justiça, ou seja, garantir que as pessoas vulneráveis recebam todo o cuidado necessário, para ter uma vida com dignidade. O Cristão proclama que Jesus é rei do universo, portanto deve esclarecer a todos que nenhuma potência política ou autoridade pode ser divinizada, mas que a eles foi confiada uma tarefa pelo povo, a qual deve ser posta em prática. Denunciar um sistema político ou uma autoridade opressora é exigência da fé no Cristo Rei.

³⁷ SS 28.

Somente a Deus a honra e o poder. A nenhuma criatura, situação, sistema de governo ou autoridade política deve ser dado o que somente a Deus pertence. Eis o porquê de os primeiros cristãos desprezarem a própria vida e submeterem-se a mortes violentas.³⁸

Infelizmente: “A maioria dos cristãos de hoje não percebe que tem uma postura diante da morte que é totalmente oposta à fé na ressurreição”.³⁹ Assim, vale ressaltar que: “A fé na ressurreição de Jesus exige uma nova postura diante do viver e do morrer”.⁴⁰ “Os cristãos de hoje devem ter a mesma atitude que os mártires: ver a morte de modo sacramental, ou seja, como uma experiência física, por meio da qual uma graça é mediada”.⁴¹

Sendo assim, além de reconhecer Cristo no irmão que sofre, como consolação do amor solidário de Deus, a configuração a Cristo, na reflexão sobre Mt 25, 31-46, auxilia o fiel a oferecer o seu próprio sofrimento em identificação ao sofrimento redentor de Cristo. Encontra-se explícita em Cl 1,24 a apresentação deste *insight* vivenciado por Paulo, que presenciou esta configuração testemunhada por Santo Estevão (At 7,60), que suplicou a Deus que perdoasse os responsáveis por sua morte (entre os quais, o próprio Paulo, antes de sua conversão). Tal atitude do Santo Estevão assemelha-se à de Cristo na cruz (Lc 23,34). Nesta mística cristã, deve-se pautar o discernimento entre sede de justiça e de misericórdia, concomitantemente, para não se acovardar diante da injustiça, estar disposto a dar sua vida pelo Reino de Deus e também suplicar pelo perdão do injusto que ocasionar sua morte:

A vida, no verdadeiro sentido, não a possui cada um em si próprio sozinho, nem mesmo por si só: aquela é uma relação. E a vida na sua totalidade é relação com Aquele que é a fonte da vida. Se estivermos em relação com Aquele que não morre, que é a própria Vida e o próprio Amor, então estamos na vida. Então “vivemos”.⁴²

Conclusão

O mistério da justiça escatológica não é uma questão suscetível de surpreender apenas os judeus que, na sua maioria, do ponto de vista cristão, não aceitam um

³⁸ ANDRADE, A., Eis que faço novas todas as coisas, p. 121.

³⁹ ANDRADE, A., Eis que faço novas todas as coisas, p. 120.

⁴⁰ ANDRADE, A., Eis que faço novas todas as coisas, p. 120.

⁴¹ ANDRADE, A., Eis que faço novas todas as coisas, p. 120.

⁴² SS 27.

Messias diferente de suas expectativas. É preciso que os cristãos tenham a humildade de reconhecer que ser herdeiro da verdade plena, em Cristo, não os exime de assumir que ainda não se manifestou neles a integral sabedoria a ser compartilhada numa realidade escatológica de plenitude e de comunhão. Realidade esta que ultrapassa todos os limites de nossa compreensão temporal atual.

A Revelação de Deus que se manifesta na história pode surpreender a humanidade diante da possibilidade de ressignificar a libertação cristã de forma mais compatível com aquilo que Jesus pretendeu comunicar. Sendo assim, é necessário que todos estejam abertos ao diálogo, em busca de uma verdade que considere o inquestionável vínculo de solidariedade que existe entre todos os seres humanos.

Quem acredita em Deus como Pai não vê nenhum ser humano como inimigo, mas como um irmão que, em muitas situações, apesar de distante e de não ver ainda certas verdades reveladas, um dia voltará à casa do Pai. Este será acolhido com um abraço amoroso, que não pode despertar ciúmes naqueles que sempre permaneceram unidos ao Pai e que tiveram a graça de, já nesta realidade temporal, enxergarem mais, conforme as perspectivas reveladas por este Pai.

No que se refere ao citado martírio de Santo Estevão acompanhado de sua súplica de perdão pelos seus assassinos, isto certamente impressionou São Paulo (um dos assassinos de Santo Estevão), contribuindo para a sua conversão. De modo semelhante, trata-se de um exemplo que foi repetido por muitos outros mártires no início do cristianismo e levaram muitos assassinos e apoiadores do martírio a se converterem. Esta morte de tantos mártires cristãos, acompanhada da oração “Pai perdoai-lhes porque não sabem o que fazem”, conduziu muitos pagãos a enxergarem a verdade sobre Deus-Pai-Misericordioso, a ponto do cristianismo se tornar a fé da maioria da população, levando-o a se tornar a religião oficial do grande império da época.

Em se tratando de justiça divina daquele que é todo amor e que com este amor supera a lógica da lei, se tornando maldição na cruz e escandalizando as regras da justiça: a vítima é também o juiz da causa, que sabe qual é a pena a ser suportada pela agressão que sofreu e se oferece para pagar a pena no lugar do seu agressor. Só resta, portanto, ao agressor aceitar ou recusar tamanha generosidade. E se a recusa do agressor à graça de Deus perdurou toda esta existência, como pode Deus e a vítima viabilizar a possibilidade deste agressor aceitar esta graça para a vida eterna?

Na lógica da justiça divina testemunhada na cruz, há de se esperar que seja mais fácil que o sedento miserável, inebriado da graça de Deus, perdoe aquele que lhe recusou um copo d’água e ainda suplique a Deus que perdoe este pela recusa. O insensível, ao contrário, não parece ter facilidade de estar em

harmonia com a maneira de ser solidária, pesando-lhe tudo o que negligenciou durante toda esta existência temporal.

Contudo, a discussão proposta neste artigo não visa apenas a reflexão teórica sobre a escatologia no futuro, mas sim, a adequação do ser humano, no presente, diante deste mistério atemporal, pois, nesta perspectiva, não é só Cristo que está passando fome em cada ser humano que passa por este limite. Na perspectiva solidária anteriormente exposta, cada ser humano desta existência também passa fome em cada faminto.

Referências bibliográficas

ANDRADE, A. L. P. **Eis que faço novas todas as coisas**: teologia apocalíptica. São Paulo: Paulinas, 2012.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

BENTO XVI, PP. Carta Encíclica *Spe salvi* sobre a esperança cristã, 2007. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20071130_spe-salvi.html>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRUSTOLIN, L. A. **Quando Cristo vem...**: a parusia na escatologia cristã. São Paulo: Paulus, 2001.

DENZINGER, H. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. Atualizada por Johan Konings, com base na 43^a ed. alemã (2010). São Paulo: Paulinas/Loyola, 2015.

DUQUOC, C. **Cristologia**: ensaio dogmático II, o messias. São Paulo: Loyola, 1996.

GRIFFITHS, B. **Rio de Compaixão**: Um comentário cristão ao Bhagavad Gita. São Paulo: É Realizações, 2011.

LADARIA, L. F. **Introdução à Antropologia Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MÜLLER, G. L. **Dogmática Católica**: Teoria e Prática da Teologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

RATZINGER, J. **Jesus de Nazaré**: primeira parte: do batismo no Jordão à transfiguração. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

RATZINGER, J. **Escatologia**: morte e vida eterna. São Paulo: Molokai, 2020.

ZILLES, U. **Antropologia teológica**. São Paulo: Paulus, 2011.

Aíla Luzia Pinheiro de Andrade

Docente em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco
Recife / PE – Brasil
E-mail: ailapinheiro@hotmail.com.br

Walter Luis Carnelossi

Fortaleza / CE – Brasil
E-mail: wlcarnelossi@gmail.com

Recebido em: 27/07/2021
Aprovado em: 04/04/2022